

44

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2013

Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni mei. La nobleza y la monarquía leonesas durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2011

O trabalho de Inés Calderón Medina, publicado em 2011 pelo CSIC, corresponde, tal como é referido na Introdução, à sua tese de doutoramento apresentada e discutida na Universidade de Valladolid em Dezembro de 2009. É, pois, com agrado que se saúda a publicação desta tese cuja qualidade inegável justifica, por completo, a sua difusão impressa.

A análise de Inés Calderón Medina incide sobre um período e uma temática que têm merecido uma particular atenção, em especial nas últimas décadas, por parte das historiografias portuguesa e espanhola, atenção que se tem saldado pelo surgimento de um número relativamente numeroso de trabalhos, mencionados aliás na longa bibliografia desta publicação. Neste contexto, esta tese é, por um lado, devedora de uma linha de trabalho ligada ao estudo das nobrezas peninsulares, com realce para a nobreza leonesa e portuguesa mas que, numa perspetiva mais ampla, se debruça sobre a construção das realezas peninsulares nos séculos XII e XIII e, por outro, de um labor continuado, nomeadamente presente no lado espanhol, de publicação sistemática de fontes ligadas à história leonesa.

No cruzamento destes dois contributos a tese de Inés Calderón delineia um novo quadro interrogativo no interior do qual procura articular uma análise pormenorizada da nobreza leonesa, tanto no que se refere à sua constituição, como à sua organização interna e familiar com uma reflexão sobre o seu papel na evolução política do período em estudo.

Desta forma Inés Calderón não optou por uma abordagem clássica sobre a organização interna da nobreza leonesa, das suas linhagens ou redes de parentesco mas, contudo, sem esquecer esta abordagem, tentou ultrapassar este nível procurando, por um lado, construir uma imagem mais abrangente das diferentes bases sobre as quais a nobreza leonesa dos séculos XII e XIII construiu o seu poder e daí a atenção dada à sua relação com a realeza de Leão e ao papel que esta relação teve no reforço e consolidação de algumas linhagens e, por outro, apreender as consequências políticas e sociais da existência paralela de diferentes grupos nobres, com origens geográficas e ligações políticas diferenciadas.

Foi neste contexto que a autora inseriu o estudo do papel dos nobres portugueses junto aos monarcas leoneses, em especial nas décadas posteriores a 1211 ou seja à ascensão de Afonso II de Portugal ao trono e à ida de nobres portugueses para Leão. Com efeito, e tal como é referido por Inés Calderón, não obstante os estudos já realizados sobre a presença numerosa de nobres de

origem portuguesa nos círculos régios leoneses faltava até aqui uma perspectiva de conjunto sobre o papel e a importância destes nobres e da sua articulação global com o poder régio. Falta que se repercutia tanto do lado da historiografia portuguesa, atenta, sobretudo, à ligação entre a saída destes aristocratas e as crises internas do reino português como da historiografia leonesa que, embora atenta a esta presença, não tinha até agora analisado, de forma sistemática, o seu papel na evolução política do reino leonês.

Desta forma não se procura uma leitura dicotômica do comportamento da aristocracia leonesa, portuguesa e castelhana na corte de Leão, resistindo a autora a uma leitura de “grupos” organizados em função da origem geográfica e que simplifique essa relação e essa presença.

Alguns nobres portugueses assumem, com efeito, papéis fulcrais na corte leonesa em especial no decurso do reinado de Afonso IX mas também com Fernando II. O primeiro destes monarcas colocará alguns deles em tenências de fronteira, como aconteceu com Fernando Fernandes de Bragança e em lugares chave como foi o caso tanto de Fernando Fernandes como de Pedro Sanches, respetivamente alferes e mordomo de Afonso IX. Com efeito, os filhos de Sancho I, saídos do reino após a ascensão de Afonso II, constituíram, no dizer de Inês Calderón, os homens mais poderosos da corte de Afonso IX nos anos vinte e a cabeça do partido português que permaneceu em Leão durante o primeiro quarto do século XIII¹, embora, na maior parte dos casos, estes protagonistas portugueses na corte leonesa tenham, após o período de crise, regressado ao seu reino. Esta permanência não deixa contudo de colocar questões, algumas delas referidas pela autora. Na verdade, se concordamos com as interrogações relativas às razões que terão levado Afonso IX a colocar os nobres portugueses em lugares de topo da estrutura administrativa, em detrimento da presença da nobreza leonesa, interrogações para as quais, na opinião de Inês Calderón, não é fácil encontrar uma resposta, a verdade é que mantemos igualmente alguma reserva sobre a aparente não oposição da nobreza leonesa a estas escolhas. A ligação de algumas das linhagens da nobreza portuguesa a Leão bem como entre linhagens das duas nobrezas não é uma novidade do reinado de Afonso IX. Os estudos de José Mattoso, Maria João Branco e José Augusto Pizarro têm vindo a retrair estas ligações e o lugar que elas tiveram na definição da própria política peninsular. Contudo, a novidade destes anos reside, sobretudo, na importância do papel desempenhado por estes nobres na corte leonesa, mesmo se durante um curto período, e no porquê desta escolha.

¹ Inês Calderón Medina, *Cum Magnatibus*, p. 238.

Com efeito, a questão colocada de forma clara por Inês Calderón parece-nos basilar e de importância central para perceber o lugar destes nobres na corte leonesa. O claro favorecimento, por parte de Afonso IX, dos nobres portugueses em detrimento das próprias linhagens leonesas não pode deixar de se articular com a intervenção militar deste rei em favor da sua anterior mulher, D. Teresa e com os interesses do monarca leonês na alteração da situação política portuguesa. Para Afonso IX a ligação de Afonso II com Afonso VIII de Castela não deixava de contribuir para o reforço do eixo castelhano, aumentando, assim, de forma indireta, a pressão sobre Leão. Assim mais do que a procura dos conhecimentos sobre o exército e a política portuguesa que estes nobres poderiam trazer consigo de forma a assegurarem uma melhor defesa das fronteiras leonesas com Portugal como é referido², parece-nos que a explicação essencial para a sua escolha reside nos interesses de Afonso IX em Portugal e no seu desejo de alterar o equilíbrio peninsular.

É assim que nos parece igualmente plausível que a reação da nobreza leonesa possa não ter sido totalmente pacífica não obstante o silêncio das fontes e as ligações matrimoniais estabelecidas entre algumas figuras da nobreza portuguesa e leonesa. Assim, não deixa de ser lícito pensar se a vitória da sucessão de Fernando III de Castela e o conseqüente afastamento das filhas de D. Teresa, não usufruiu igualmente do favor de algumas famílias leonesas descontentes com o protagonismo da nobreza portuguesa e pouco interessadas numa aliança que lhe traria menos proventos do que a ligação a Castela. A longevidade de Pedro Sanches à frente do cargo de mordomo nos últimos anos de vida de Afonso IX poderá, assim, não ter contribuído para o êxito dos interesses das jovens infantas herdeiras de Afonso IX face à pressão castelhana.

Após a análise dos grupos que constituem a nobreza de León, Inês Calderón dedica uma última parte ao poder político nobiliárquico. É uma parte particularmente bem conseguida onde estuda, de forma gradual, os membros da família real, os cargos palatinos, a posse de tenências, a política de doações para acabar na análise da intervenção da nobreza no estabelecimento de tratados entre reinos e na sucessão dinástica, entendendo sobre este termo de sucessão as diferentes conjunturas que marcaram a evolução política entre 1157 e 1230. Desta forma, analisa, de forma sistemática, as bases de sustentação do poder nobiliárquico e afere o papel da nobreza num período particularmente importante na definição da rede do mapa peninsular, compreendido entre o final do império

² *Ibidem*, p. 243.

de Afonso VII e a reconstituição do espaço, outrora separado, com a união entre Leão e Castela em 1230.

Estando este trabalho estruturado em função da relação entre a nobreza e a realeza, escapam-se desta análise, como seria de prever, outras estratégias de reforço e de consolidação das famílias nobres, nomeadamente a ligação ao clero, as políticas matrimoniais ou as estratégias patrimoniais.

Termina com a inclusão de um conjunto relativamente amplo de anexos onde colige informação empírica sobre os mordomos e alferes de Fernando II e de Afonso IX, doações e confirmantes de documentação, entre outros dados e dois documentos de pacto.

A tese de Inês Calderón assume-se assim, e tal como já foi referido, como uma obra de inegável qualidade e interesse, estruturada em torno de uma análise séria, alicerçada numa ampla bibliografia e num conjunto documental sólido, embora limitado à documentação publicada, com um claro favorecimento da documentação régia. Tal opção determinou, no caso português, a opção pela consulta, quase em exclusivo, dos Livros de Linhagens e da documentação publicada de Sancho I.

A sua releitura da documentação conjugada com uma utilização atenta dos dados bibliográficos permitiu a construção de um questionário inovador, ao qual a autora procurou responder, contribuindo, desta forma, para o aprofundar do nosso conhecimento sobre a constituição da nobreza leonesa, as suas contradições internas e as bases de sustentação e reforço do seu poder e do seu papel no devir político do um período chave coincidente com a segunda metade do século XII e as primeiras décadas do século XIII.

Hermínia Vasconcelos Vilar
CIDEHUS – Universidade de Évora

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *Tesouros privados. A joalheria na região do Porto (1865-1879)* (2 vols., Porto, Universidade Católica Editora – Porto / CIONP – Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal / CITAR / Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Escola das Artes da UCP, 2012, 1176 pgs.).

Esta recente obra, em dois volumes, de um historiador com um extenso e brilhante currículo académico – Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – retoma um tema que é particularmente caro ao autor – a sua “área de eleição” como um dia confessou – do qual é um reconhecido e consagrado especialista: a arte da